

Da inscrição eleitoral à distribuição de chapas: as estratégias de arregimentação eleitoral nos anos vinte

*Ricardo de Aguiar Pacheco*¹

Resumo: Entendido como um conjunto de práticas sociais o processo eleitoral aqui é tomado como uma possibilidade de interpretar as relações de poder no interior de uma comunidade política. Observando as estratégias utilizadas para mobilizar e arregimentar os eleitores destacamos como se busca legitimar o exercício do poder institucional na cidade de Porto Alegre da década de 1920.

Palavras-chave: Eleições. República Velha. Porto Alegre.

Abstract: Understood as a set of practical social the electoral process it is taken here as a possibility to interpret the relations of being able in the interior of a community politics. Observing the used strategies to mobilize the voters we detach as if it searches to legitimize the exercise of the institucional power in the city of Porto Alegre of the decade of 1920.

Keywords: Elections. Republics Old. Porto Alegre.

¹ Doutor em História pela UFRGS e professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Quando entendidos como prática social – e não apenas um regramento jurídico – os processos eleitorais podem ser tomados, como aponta René Remond², pela história política, como uma porta de entrada para a percepção das representações e práticas operadas pela comunidade de sentidos para dar sentido a suas relações sociais. Ou, como propõe Giacomo Sani³, torna-se uma via de acesso para perceber a rede de significados atribuídos ao fenômeno do poder na sociedade, a cultura política de um tempo-espço. O presente artigo pretende apresentar sumariamente algumas considerações sobre o processo de mobilização eleitoral vivido na cidade de Porto Alegre ao longo da década de 1920 com o intuito de demonstrar as representações e práticas sociais operacionalizadas pelos grupos políticos para mobilizar o eleitorado urbano.

Na lógica de um pensamento autoritário, como descreve Raimundo Faoro⁴ em seu estudo clássico, o processo eleitoral era pouco importante para as lideranças políticas da República Velha. Mas, mesmo fraudadas, elas se constituíram em prática freqüente e num momento de mobilização social muito bem avaliado por Victor Leal⁵. Dessa forma,

somos levados a indagar qual o significado do processo eleitoral em meio a uma estrutura de poder autoritária como a do período republicano e, particularmente, na década de 1920.

Nossa análise parte da percepção de que, mesmo retratado como fraudulento pela historiografia, o processo eleitoral não apenas foi contínuo durante a República Velha como teve sua importância revigorada no Rio Grande do Sul pelos termos do Pacto de Pedras Altas. Assinado entre os líderes republicanos e opositoristas o acordo, transcrito por Sergio da Costa Franco, estabelecia, entre outras, as seguintes cláusulas:

Primeira – Reforma do Art. 9 da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentes.

Segunda – Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

Terceira – Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.⁶

Por esses artigos e pelo conjunto dos termos do Pacto, a liderança republicana, de doutrina positivista, se comprometia com alguns valores fundamentais da democracia liberal, alterando, dessa

² RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

³ SANI, Giacomo. *Cultura política*. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 306-308.

⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989. [1. ed. 1957]

⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no*

Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. [1. ed. 1949]

⁶ FRANCO, Sergio da Costa. *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996-a. p.129.

feita, algumas regras de funcionamento do modelo de legitimação do poder institucional montado pelo PRR no estado.

O artigo primeiro do Pacto, quando fala “proibindo a reeleição”, está apontando para a alternância no exercício do poder tanto estadual quanto municipal. Quando o segundo artigo do Pacto fala em adaptação da legislação eleitoral do estado à federal, está acabando com a prática do voto a descoberto e, dessa forma, impondo limites a uma série de procedimentos que, segundo Jairo Nicolau⁷, permitiam a manipulação tanto do eleitorado como do resultado das urnas. Essa mudança sugere a possibilidade de tornar o voto, dentro das limitações desse contexto histórico, uma manifestação de opinião. O terceiro parágrafo do Pacto e os que se seguem são garantias para que esse novo paradigma da disputa política não sofra abalos ou embaraços. Estipula-se uma instância para julgar os recursos eleitorais fora do âmbito do poder executivo; são normatizados os casos em que é possível a nomeação de interventores nos municípios e fixados prazos curtos para regularização dessas situações através de eleições; são dispostos vários procedimentos para, em última instância, como diz o próprio texto, “assegurar a expressão da verdade eleitoral”⁸.

Para nossa reflexão, o mais significativo do Pacto assinado entre as maiores lideranças da elite política do Estado é entender que, a partir daquele momen-

to, o voto se tornava reconhecidamente o mecanismo de legitimação para o exercício do poder institucional, tanto no estado como nos municípios. No cenário urbano porto-alegrense, surgiram diversas associações que tomaram parte na dinâmica de arregimentar e mobilizar o eleitorado. Contudo, a historiografia, até o momento, não se debruçou sobre o papel dessas entidades no processo de legitimação social do poder institucional. Grosso modo, as eleições da década de 1920 ainda são tratadas de forma simétrica àquelas dos primeiros anos da República. Evidenciar as rupturas e continuidades do processo de arregimentação eleitoral na Porto Alegre da década de 1920 é nossa intenção nos limites desse artigo.

Como nos lembra Rodolfo Telaroli⁹, segundo a legislação eleitoral do primeiro período republicano no Brasil, cabia a quem desejasse participar da votação inscrever-se como eleitor. Quanto a isso Héglio Trindade¹⁰ ainda nos lembra que, diferentemente de outros estados que utilizavam os cadastros das eleições federais para os processos locais, no Rio Grande do Sul, durante esse período, mantiveram-se registros independentes para os processos eleitorais estaduais e municipais. Assim sendo, a União realizava um cadastro para as eleições de pre-

⁷ NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

⁸ FRANCO, 1996, p.129.

⁹ TELAROLLI, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁰ TRINDADE, Héglio. Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando (org.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 119-192.

sidente, vice-presidente, senadores e deputados federais; o estado efetuava outro para as eleições de presidente estadual e para a Assembléia de Representante.

Por sua vez, cada município criava sua própria inscrição para as eleições de intendente e conselheiros municipais. De acordo com o “Projeto de Lei Eleitoral do Município de Porto Alegre” de 1928, o registro de eleitores municipais tinha as seguintes determinações:

Art. 7º – Só terão voto nas eleições municipais os eleitores alistados de conformidade com a legislação federal, e residentes no Município.

Art. 8º – Fica instituído o Registro dos Eleitores Municipais, na sede do município, subordinado ao presidente do Conselho Municipal.¹¹

Nesse múltiplo sistema de inscrição o número de eleitores registrados para participar de cada pleito dependia, em muito, da capacidade de mobilização dos grupos políticos nesse o momento. Em Porto Alegre a tarefa de “galopim” - atividade de recrutamento para o alistamento eleitoral - esteve centrada em uma rede de associações políticas tanto republicanas como opositoristas. Nos jornais do período, às vésperas de cada pleito, eram freqüentes os chamados aos cidadãos para que fossem até a sede de alguma dessas entidades se inscreverem ou regularizar sua inscrição eleitoral. Em 1920 o Centro Republicano Júlio de Castilhos, na época a única associação política re-

publicana em atividade na cidade, fazia o seguinte chamamento aos eleitores do partido:

Convido os correligionários que mudaram de domicílio (de um para outro distrito da capital) a comparecerem ao Centro Republicano Júlio de Castilhos a fim de darem seus novos endereços e ao mesmo tempo receberem circular e título para a eleição de 28 do corrente.¹²

Essa prática de chamamento direto ao eleitor não era uma estratégia particular do partido situacionista. Também a oposição, quando decidida a lançar candidatos, fazia esse tipo de investida utilizando-se do mesmo mecanismo. Meses antes da eleição em maio de 1924 para deputados federais e senador, entre ofertas do comércio da cidade, era publicado um anúncio publicitário com significativo destaque, em que eram chamados os cidadãos a se inscreverem como eleitores. Para tal era colocado à disposição o endereço da associação opositorista:

Qualificai-vos e votai.

A aliança Libertadora Assis Brasil á Rua 7 de Setembro, 85 b se encarregará de vos alistar.¹³

Com a multiplicação das associações políticas ao longo da década de 1920, o trabalho de alistamento eleitoral na cidade de Porto Alegre passou a ser dividido entre as entidades republicanas. As notas publicadas nos jornais apontam

¹¹ *A Federação*, 5 jul. 1924. p. 9.

¹² *Id.*, 13 set. 1920. p. 1.

¹³ *Correio do Povo*, 15 mar. 1924. p. 6.

para a articulação partidária de forma a maximizar a cobertura do eleitorado urbano.

Aos correligionários que desejando preparar os papéis para a respectiva inscrição no alistamento eleitoral estadual não possam comparecer á secretaria do “Centro Republicano Júlio de Castilhos” às horas do expediente da mesma, para receberem as necessárias indicações, convido, com a anuência da Comissão Executiva local, a dirigirem-se à sede do “Grêmio Republicano Marcos de Andrade”, sito a rua da Azenha, 161 (Palacete Firmo) onde, para tal fim, achar-se-á ao seu inteiro dispor, das 18 às 22 horas, exceto domingos e feriados nacionais, um representante da diretoria desta corporação.¹⁴

De forma semelhante, também entre a oposição a proliferação das associações significou uma distribuição das atividades de inscrição eleitoral:

Alistai-vos quanto antes e fazei alistar com urgência os vossos amigos e companheiros. Para isto estarão à vossa disposição os diversos centros oposicionistas da capital, inclusive o DIRETÓRIO DO PARTIDO FEDERALISTA – Rua Andrade Neves, nº 8.¹⁵

Como se constata por essas notas, as atividades de alistamento eleitoral eram planejadas pelos grupos políticos. O empenho para a inscrição era intenso, dependendo significativos esforços das associações e de seus membros: prepa-

rar uma sede, mantê-la aberta, dispor de funcionário capaz de orientar os possíveis eleitores de como proceder e até mesmo encaminhar a documentação necessária para a inscrição dos eleitores não era tarefa simples.

Notas como essas, oriundas tanto das associações republicanas como oposicionistas, repetiram-se ao longo da década. Elas evidenciavam que, em ambos os lados, as associações políticas se empenhavam nos esforços de inscrição eleitoral. Encontramos, entre essas notas publicadas ao longo do período, algumas nuances quanto ao conteúdo do discurso, ora mais agressivo, ora mais objetivo, mas a estratégia adotada era a mesma: motivar os cidadãos a procurarem ou se deixarem levar à sede de uma associação para efetuar a sua inscrição como eleitor.

Essas notas também permitiam perceber que, embora esse trabalho de galopim fosse realizado nas sedes das diferentes associações, não se pode tomar esse esforço como disperso ou desordenado. Acompanhando as notas publicadas, percebemos que as associações partidárias dividiam entre si as áreas da cidade e os grupos sociais representativos, também repartiam entre si essa tarefa. Revezavam não só o horário de atendimento ao eleitor, mas também as regiões da cidade. Faziam de tudo com a intenção de facilitar a inscrição e ampliar o número de eleitores inscritos para o pleito.

Para essa tarefa eram chamados diversos colaboradores, entre eles, alguns funcionários do Estado. Em papel tim-

¹⁴ *A Federação*, 17 abr. 1922. p. 1.

¹⁵ *Correio do Povo*, 1º jun. 1924. p. 1.

brado da “Secretaria da Comissão Executiva do Partido Republicano”, Sinval Saldanha escreve uma carta à direção da Escola de Engenharia. Ao longo do texto, entendemos ser ele um irônico pedido de desculpas por ter solicitado a dispensa de um funcionário “por três ou quatro dias” para atuar junto ao alistamento eleitoral.

É numeroso nosso pessoal, angariando aqui e ali onde palpitem corações republicanos. E como o estabelecimento que diriges, devedor de inúmeros favores ao partido e ao Governo do Estado, não tinha fornecido nenhum auxiliar para os serviços de alistamento, tive a idéia de apelar, numa hora de aperto de toda a sorte, para a vossa dedicação partidária.¹⁶

Não se tem como afirmar que o pedido feito à direção da Escola de Engenharia tenha sido atendido, tão pouco que ele se repetiu para outros órgãos do serviço público. Mas, como se lê no texto, esse estabelecimento “não tinha fornecido nenhum auxiliar” para o partido, deixando implícito que outros órgãos públicos já o haviam feito.

Por vezes, esse esforço pelo alistamento eleitoral poderia implicar mesmo a criação das condições para que o indivíduo se tornasse eleitor. Diversas associações da cidade manifestavam a organização de cursos de leitura, habilidade necessária para o exercício do direito de voto. O Centro dos Estudantes Libertadores, quando da sua fundação

manifestou a vontade de criar cursos de alfabetização juntamente com o esforço de alistamento eleitoral. E essa também parecia ser a intenção do Grêmio Cívico Ruy Barbosa, quando promovia um “curso de leitura”:

Realizou-se ontem, como havíamos noticiado, a sessão solene deste grêmio nacionalista em homenagem ao nosso companheiro de trabalho, dr. Francisco Leonardo Truda, patrono do curso de leitura da mesma associação recentemente criado.¹⁷

Depois de feito o alistamento eleitoral, era necessário instruir o eleitor sobre como proceder no momento da votação. Essa tarefa implicava não apenas informá-lo dos locais das sessões e dos nomes dos candidatos, mas do próprio procedimento eleitoral, caso contrário, poderiam ocorrer enganos que acarretariam perda de votos. Para tais atividades, as associações também serviam de referência. Nelas, era possível consultar as listas eleitorais, saber os locais de votação, receber as chapas a serem depositadas nas urnas, informar-se como proceder no espaço da sessão, enfim, como votar nos candidatos apoiados pela associação.

Pelas notas publicadas no *Correio do Povo*, vemos que a oposição disponibilizava “pessoa habilitada” a orientar os seus eleitores na sede dos diversos centros oposicionistas existentes na cidade:

O eleitor que não souber a sessão em que tem que votar, deve dirigir-se com toda

¹⁶ Carta escrita por Sinval Saldanha em 31 de março de 1924. AHRGS.

¹⁷ *Correio do Povo*, 20 jun. 1924. p. 4.

a brevidade ao centro oposicionista mais próximo, que nele encontrará, diariamente, pessoa habilitada, que lhe prestará as informações que necessitar.¹⁸

De forma semelhante, o Partido Republicano também prestava essas informações. Numa ação mais ofensiva, o Grêmio Republicano Marcos de Andrade enviou instruções para seus eleitores por correspondência:

Aos nossos correligionários do 2º distrito, que por mudança de residência ou outro qualquer motivo, não receberam a circular (convite), para as eleições municipais de 15 do corrente, avisamos que deverão comparecer às mesmas mesas em que costumam votar, visto não ter ocorrido nenhuma alteração.¹⁹

Em 1924 a oposição demonstrando certa confiança nas garantias eleitorais conquistadas com o Pacto de Pedras Altas lançou candidatos à disputa para os cargos de deputado federal e senador. Mas, às vésperas do pleito, julgou importante informar aos eleitores oposicionistas de suas garantias e explicar os procedimentos de votação que, pela legislação da década de 1920, não eram muito simples como mostra a nota publicada no jornal do período:

O Centro Libertador Republicano, no firme propósito de proporcionar a todos os oposicionistas do Parthenon medidas garantidoras da sua liberdade individual, por ocasião das eleições de 3 de maio

próximo, convida a todos seus correligionários já qualificados e por qualificar no mesmo arrabalde, para uma reunião que se efetuará no domingo, 16 do corrente, às 19 horas da manhã, em sua sede, à Estrada do Mato Grosso, nº 177²⁰

Embora essa eleição fosse federal, o destaque feito às “medidas garantidoras da sua liberdade individual” fazia lembrar a extinção do voto a descoberto nas eleições municipais e estaduais. Esse foi um dos pontos do Pacto de Pedras Altas, assinado meses antes de essa nota ser divulgada.

Após muitos chamados para a inscrição eleitoral, às vésperas desse pleito, o Grêmio Cívico, entidade ligada à oposição, fez publicar no *Correio do Povo* um anúncio intitulado “Prevenção necessária ao eleitorado da Aliança Libertadora”. Através dele, foram passadas aos eleitores instruções pormenorizadas sobre como proceder nas sessões eleitorais:

O eleitor só poderá votar na sessão em que for chamado. As cédulas, isto é, as chapas que contiverem nomes riscados, substituídos ou não por outros, não serão apuradas, sendo portanto perdidas. Os envelopes, contendo as cédulas, devem ser fechados. A chamada dos eleitores será iniciada logo após a instalação das mesas, às 9 horas da manhã. Convém que o eleitor esteja presente à hora que for chamado, pois caso contrário, só poderá votar depois de feita a chamada, isto mesmo se, até as 3 horas da tarde, tiver feito entrega à mesa do seu título e carta de identidade.

¹⁸ Id., 2 maio 1924. p. 1.

¹⁹ *A Federação*, 11 ago. 1928. p. 7.

²⁰ *Correio do Povo*, 16 mar. 1924. p. 1.

[...] É indispensável que o eleitor apresente, junto com o título, sua carta de identidade. As chapas não levam assinatura. Os eleitores só assinarão o livro de presença.²¹

Como se pode ler nesse anúncio, a oposição se dirigia ao seu eleitorado para orientá-lo. Primeiramente, informava que era possível ter a lista dos locais de votação na sede e, posteriormente, explicava os procedimentos de votação. Alertava sobre a importância de estar presente durante todo o demorado processo, que iniciava com a chegada à sessão eleitoral, seguido da entrega dos documentos, e a espera da chamada para depositar a sua cédula na urna. Para tornar-se eleitor, então era necessário não apenas o conhecimento da leitura e a iniciativa para se fazer inscrever, mas também certa dose de paciência para se apresentar e aguardar uma chamada que poderia demorar. Um outro destaque era feito com relação ao voto secreto. Essa nota lembrava que “os envelopes, contendo as cédulas, devem ser fechados”, e complementava, afirmando: “As chapas não levam assinatura. Os eleitores só assinarão o livro de presença”.

As instruções detalhadas sobre como proceder na votação demonstravam uma clara preocupação em não desperdiçar os esforços de inscrição. Para a oposição era importante explicitar as garantias à liberdade de opinião do eleitor. A divulgação indica que esses postulados poderiam ser invocados durante o pro-

cesso. Em outro sentido, interpretamos que a necessidade de informações tão minuciosas se devia a um desconhecimento, por parte do eleitor, sobre como se procedia. Podia ainda indicar uma tentativa da oposição de, frisando o sigilo do voto, obter alguns votos inscritos pelos republicanos.

Mecanismo de manifestação de opinião para os liberais e do pensamento positivista que guiava o Partido Republicano, o voto secreto era um instrumento para os que não tinham coragem de assumir publicamente suas opiniões. Na seqüência, esse debate seguia ocupando inúmeras páginas com críticas e respostas: a oposição afirmando sua importância e mantendo na memória social o principal ganho da Revolução de 1923, e os republicanos demarcando o respeito aos termos da carta constitucional castilista.

No pleito municipal de 1920 *A Federação* publicou, nos dias anteriores a votação, numa das pontas da primeira página, um box com a “chapa” dos candidatos republicanos. Como cabia aos eleitores levarem até a sessão eleitoral um papel com os nomes dos candidatos, sem rasuras, podemos presumir que a publicação continuada dessa lista servia de cédula para os eleitores republicanos.

Já nos pleitos municipais posteriores essa prática foi substituída pela divulgação dos nomes de um grupo de “distribuidores de chapas” que se faziam presentes diretamente nas sessões. Esses personagens eram responsáveis por entregar aos eleitores os papéis a serem

²¹ Id., 2 maio 1924. p. 1.

utilizados como cédulas no pleito municipal de 1928. Esses eram apresentados, pela Executiva Municipal, através da imprensa:

A comissão executiva comunica aos eleitores republicanos que estão encarregados de distribuir chapas nas eleições de amanhã os seguintes amigos: [...].²²

A esses “distribuidores de chapas”, tanto do partido republicano como da oposição, cabia garantir o voto correto dos correligionários. Para assumir tal responsabilidade, esses nomes deveriam ser conhecidos e reconhecidos pelos eleitores como representantes do partido.

A eficiência desse controle dos votos podia ser percebida nos resultados das votações uma vez que os candidatos republicanos ao Conselho Municipal obtinham resultados muito próximos entre si. Os candidatos da oposição, que não apresentava chapa fechada, não obtiveram resultados tão semelhantes, mas ainda assim esses resultados podem ser relacionados a essa estratégia de controle do voto do eleitor.

No pleito de 1924, a oposição reclamou da presença de “distribuidores de chapas”, mas aparentemente, esses não prejudicaram o andamento dos trabalhos, visto não haver registros de irregularidades. Em 1928, o único incidente mencionado pela oposição foi o uso de uma chapa indevida por parte de um eleitor e não propriamente a distribuição do material:

Uma nota deveras interessante ocorreu na 12ª seção. Um conhecido oposicionista que ali chegara a fim de votar recebeu das mãos de um distribuidor dos candidatos situacionistas as cédulas com as quais votou nos candidatos governistas, convencido de que estava sufragando os candidatos do Partido Libertador.²³

Nesse momento, a queixa não se referia propriamente à presença dos “distribuidores” de chapa. Ao contrário, a nota comenta o fato de um eleitor oposicionista ter recebido e utilizado a “chapa” com os nomes dos candidatos governistas. O que o texto nos deixa claro é que se esse eleitor pegou e utilizou a chapa republicana, não foi por coação, mas por estar “convencido” de tê-la recebido de um distribuidor oposicionista. Esta implícito na nota que o eleitor em questão desejava ter recebido e utilizado a “chapa” com os nomes dos candidatos oposicionista, o que nos indica que essa lista também deveria estar sendo distribuída no momento da votação.

O relato desse equívoco deixou um indício de ser comum também ao eleitor da oposição receber a cédula eleitoral do distribuidor na porta da sessão e apenas depositá-la na urna. Mas esse relato também trazia a percepção de dois movimentos simultâneos: de um lado, o distribuidor de chapas do Partido Republicano efetivamente ganhou um voto declaradamente oposicionista, o que reforçou a importância dessa atuação para angariar votos; de outro, o distribuidor

²² *A Federação*, 14 ago. 1928. p. 2.

²³ *Correio do Povo*, 16 ago. 1928. p. 14.

da oposição se mostrou ineficiente para exercer um controle sobre os eleitores da oposição.

Outro cuidado era o reforço, através da imprensa, da nominata correta a ser depositada nas urnas. Lembretes, como o que segue, eram publicados nos jornais nos dias anteriores aos pleitos:

O Diretório Federalista de Porto Alegre previne os correligionários de que as cédulas da aliança Libertadora são as que contêm o nome do Dr. Assis Brasil para senatoria e os dos drs. Wenceslau Escobar, Plínio Casado e Lafayette Cruz para a deputação.

Entre os três candidatos à deputação serão regularmente distribuídos os cinco votos que competem a cada eleitor. Em cada cédula dois dos candidatos tem dois votos e o terceiro um, e assim alternativamente para cada candidato.

Para evitar possíveis enganos e a inútil dispersão de votos – pois votos dispersos são votos que não contam no resultado final – recomenda-se aos eleitores que verifiquem cuidadosamente a cédula antes de fechar o envelope. É preciso ter em conta também que a cédula com nomes riscados é cédula nula.

As cédulas além de se encontrarem em mão dos distribuidores no dia da eleição, poderão ainda ser procuradas na rua da Ladeira n. 30, sede do Grêmio Cívico Riograndense e, provisoriamente, do Diretório Federalista.²⁴

Nessa nota, vemos a preocupação de lembrar ao eleitor opositor o nome dos candidatos e a importância de não alterá-los. Essa preocupação deve

ser relacionada à diversidade de opiniões no interior da oposição. As chapas montadas por acordo entre as lideranças, nem sempre agradavam ao conjunto dos partidários, que acabavam tomando decisões individualizadas. A alteração dos nomes, como bem advertia o texto, implicava a votação de candidatos avulsos, que apenas “dispersavam votos”, enfraquecendo a intervenção eleitoral e dificultando a vitória dos candidatos indicados.

O texto publicado pela oposição apontava que, “os cinco votos de cada eleitor” opositor eram divididos entre os três candidatos da oposição. Essa tarefa implicava uma verdadeira contabilidade eleitoral, pois impunha a necessidade de distribuir entre os eleitores uma quantidade igual de chapas diferentes. Nesse caso, a distribuição era um mecanismo de organização e controle importante para o uso do recurso do voto cumulativo por parte dos eleitores.

A nota afirmava que as “cédulas” com o nome dos candidatos republicanos, assim como dos opositores, poderiam ser recebidas da “mão” dos distribuidores no dia da eleição, ou então, pegadas com antecedência na sede das associações opositoras. Nessa estratégia eleitoral, a distribuição de chapas não era de pouca importância. Era, pois, importante ter os distribuidores bem instruídos. Para isso eram chamadas reuniões preparatórias tanto dos cabos eleitorais republicanos:

²⁴ Id., 2 maio 1924, p. 1.

A Comissão Executiva do Partido Republicano convida os distribuidores de chapas das diferentes sessões desta capital para uma reunião, hoje, às 20 horas, na Secretaria do Centro Republicano Júlio de Castilhos a fim de se tratar de assunto que se prende ao pleito de amanhã.²⁵

De forma semelhante se mobilizava a oposição:

A “Aliança Libertadora” realizará, hoje, às 19 horas, em sua sede, à Rua General Câmara, nº 30, uma reunião de assembléia geral, a fim de tratar da organização das mesas eleitorais para o próximo pleito municipal desta capital.²⁶

Como vemos, tanto os republicanos como a oposição utilizava uma rede de associações para mobilizar e instruir os eleitores. Através destas instituições se potencializava a inscrição de eleitores para os diferentes processos eleitorais. Ali também eram distribuídas as cédulas utilizadas para a votação. Dessa forma, podemos tomar o trabalho de galopim como estratégia de disputa eleitoral socialmente legítima.

Nessa dinâmica eleitoral, a distribuição das cédulas com os nomes dos candidatos era uma atividade importante. Dela dependia o frutificar do trabalho de inscrição eleitoral feito antes. Mesmo para os padrões atuais de propaganda eleitoral, as estratégias de distribuição de material de campanha junto às sessões eleitorais era uma prática recorrente.

Embora se possa tergiversar sobre os limites éticos dessa atividade, claro estava que, para aquele momento ela não era entendida como algo que comprometia o pleito como processo de legitimação do exercício do poder institucional.

De alguma forma, é possível relacionar tais atividades com as práticas do coronelismo desenvolvidas pelas oligarquias rurais através das relações de clientelismo e mandonismo descritas por José Murilo de Carvalho²⁷. Podemos pensar nas associações como currais que arrebanhavam os eleitores urbanos e os conduziam até as sessões. Tal interpretação não pode ser simplesmente descartada. Essa relação deve ser evidenciada pela pesquisa, primeiramente porque o tempo histórico estudado convivía com essas práticas eleitorais em diversas localidades. Segundo, porque a visão autoritária das elites políticas seguramente assim entendia e desejava que fosse o comportamento do eleitorado urbano. Por outro lado, considerando o processo de modernização econômica e social vivido pelas sociedades urbanas da década de 1920, com a emergência de novos grupos sociais, entendemos que essa relação autoritária era mais uma sombra da qual os cidadãos foram se afastando.

Para reduzir os diversos e diferentes grupos sociais urbanos que emergiram na primeira metade do século XX à condição de rebanho teríamos de des-

²⁵ *A Federação*, 14 mar. 1925. p. 1.

²⁶ *Correio do Povo*, 17 set. 1924. p. 4.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.130-153. Cap. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.

considerar as transformações sociais decorrentes da urbanização que não foram pouco significativas. Estaríamos simplificando a complexidade das relações sociais à ação de heróis que tudo podiam ou à força das estruturas que a todos condicionava. Limitando o eleitorado urbano de Porto Alegre da década de 1920 a seres sujeitados a estruturas sociais autônomas, agentes que não significavam não interpretavam e não interagem com o processo político que experimentavam. Se, de fato, o eleitorado urbano fosse de a tal ponto submisso às estruturas de dominação oligárquica, não haveria necessidade de uma ampla rede de associações que cobria a cidade tanto do ponto de vista geográfico como social, tão pouco da institucionalização dessas relações em níveis tão capilares como constatados.

Entendida como prática social, a estratégia de arregimentação eleitoral através das associações pode ser entendida como uma maneira de comprometer o conjunto dos partidários com a inscrição eleitoral. De outra parte, o eleitor, ao ser publicamente chamado para participar do processo eleitoral, era valorizado como um agente político que necessitava ser conquistado. Ou seja, nem o dirigente partidário era tão poderoso, nem o eleitor era tão desprestigiado como pode nos fazer ver uma leitura macroestrutural dos processos eleitorais da república velha.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Cap. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989. [1. ed. 1957]

FRANCO, Sérgio da Costa. *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996-a.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. [1. ed. 1949]

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 306-308.

TELAROLLI, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TRINDADE, Hélió. Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando (org.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 119-192.

Fontes documentais

A Federação, 13 set. 1920.

_____, 17 abr. 1922.

_____, 05 jul. 1924.

_____, 14 mar. 1925.

_____, 11 ago. 1928.

_____, 14 ago. 1928.

Correio do Povo, 15 mar. 1924.

_____, 16 mar. 1924.

_____, 02 maio 1924.

_____, 02 maio 1924.

_____, 02 maio 1924.

_____, 01 jun. 1924.

_____, 20 jun. 1924.

_____, 17 set. 1924.

_____, 16 ago. 1928.

Carta escrita por Sinval Saldanha em 31 de março de 1924. AHRGS.

